

Prioridades reivindicativas 2021-2022

Aumentos para todos, carreiras dignas, avaliação justa

O papel desempenhado pelos trabalhadores da Administração Pública no combate à pandemia de Covid-19 é um fator que reforça a capacidade e a legitimidade dos trabalhadores e das organizações que os representam para exigirem uma alteração profunda no paradigma negocial que se instalou no setor público.

Foi neste contexto que foi elaborado o documento reivindicativo para 2021-2022, base a partir da qual o **SINTAP** parte para os processos negociais que se avizinham, com as suas convicções fortalecidas e certo de que é possível encontrar, pela via negocial, os caminhos que conduzirão à satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras da Administração Pública.

AUMENTO DE TODOS OS SALÁRIOS E PENSÕES

O SINTAP exige que o Governo, sem quaisquer reservas, inscreva no Orçamento do Estado para 2022 o aumento de 2,5% de todos os salários da Administração Pública e de todas as pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações e a atualização do subsídio de refeição para 6 €, de modo a que seja finalmente possível recuperar algum do poder de compra perdido ao longo de uma década de congelamento sem qualquer aumento salarial.

O SINTAP defende que o valor da posição remuneratória de ingresso na carreira de assistente operacional deve ser atualizado para os 750,26 € em 2022, diferenciado do salário mínimo nacional, acompanhado do necessário ajustamento das restantes posições remuneratórias.

A TRU deve também ser alvo de uma profunda revisão, que suprima as injustiças e contribua para a inversão da atual situação, de absorção das primeiras posições remuneratórias por via do aumento do salário mínimo e de crescente aproximação deste ao salário médio, o que tem gerado situações inaceitáveis, com trabalhadores com mais de 20 anos de serviço a manterem-se na base salarial das suas carreiras e com a mesma remuneração de trabalhadores recém-admitidos.

O SINTAP reivindica ainda que se avance rapidamente no que respeita à regulamentação do suplemento de insalubridade e penosidade para todos os trabalhadores que desempenham funções em situações de manifesta exposição a riscos acrescidos.

REVISÃO DE CARREIRAS

O SINTAP considera que todo o sistema de carreiras da Administração Pública deve ser revisto, avançando-se para o abandono das carreiras unicategoriais em prol de carreiras pluricategoriais, com topos alcançáveis por todos os trabalhadores e trabalhadoras que apresentem níveis de produtividade e de mérito elevados.

É por isso fulcral que se proceda rapidamente à revisão das carreiras gerais (assistente operacional, assistente técnico e técnico superior), das carreiras especiais e das não revistas e subsistentes, que há largos anos aguardam soluções que as tornem ajustadas à realidade.

O SINTAP defende também a criação de carreiras específicas como sejam, por exemplo, as carreiras de técnico administrativo de saúde, técnico auxiliar de saúde, secretário clínico, técnico auxiliar de educação, técnico de

(vsff →)

administração autárquica, agente único de transportes coletivos, novas carreiras no âmbito do socorro e da proteção civil, entre outras, que considerem as especificidades inerentes ao desempenho das funções atualmente a cargo de assistentes operacionais e de assistentes técnicos.

Por outro lado, **é absolutamente crucial e de elementar justiça que todo o tempo de serviço de todos os trabalhadores e trabalhadoras da Administração Pública conte para efeitos de progressão nas carreiras.**

SIADAP

O SINTAP exige a retoma imediata das negociações sobre a revisão do SIADAP. Depois de duas reuniões sobre o tema, o processo está estagnado há mais de cinco meses, não tendo sido apresentada, até à presente data, qualquer proposta concreta de alteração ao Sistema de Avaliação dos trabalhadores da Administração Pública.

Perante esta situação de inércia negocial, **é inaceitável que seja através dos órgãos de comunicação social que o SINTAP vem ter conhecimento das intenções do Governo**, sem que aos sindicatos sejam dados a conhecer quaisquer projetos ou soluções.

Neste âmbito, **urge a correção das injustiças resultantes da subtração indevida de pontos para efeitos de progressão nas carreiras**, nomeadamente na base das carreiras de assistente operacional e de assistente técnico, que penalizou muitos milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

NEGOCIAR PARA RECUPERAR E AVANÇAR

Além das matérias referidas acima, no documento reivindicativo enviado ao Governo, o **SINTAP** exige que se desenvolvam processos negociais sobre um conjunto de outras questões de grande relevo para os trabalhadores da Administração Pública, e **apresenta a sua disponibilidade para uma participação ativa na construção de soluções que permitam o cumprimento dos ambiciosos objetivos traçados em documentos como o Programa de Recuperação e Resiliência e o Plano de Estabilidade.**

É inquestionável o contributo que pode ser dado pelos trabalhadores através das organizações sindicais que os representam em matérias tão importantes e determinantes como:

- **o pagamento a 100% do trabalho suplementar;**
- **o teletrabalho;**
- **a transição digital e a formação dos trabalhadores;**
- **as IPSS, misericórdias, creches e jardins de infância;**
- **a fiscalidade e política fiscal;**
- **os acidentes de trabalho e as doenças profissionais;**
- **a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar;**
- **a melhoria dos mecanismos e instrumentos de gestão da Administração Pública;**
- **o investimento nos serviços públicos;**
- **o combate à precariedade;**
- **a formação profissional e qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras;**
- **a ação social complementar;**
- **a reposição dos 25 dias de férias;**
- **o vínculo único de emprego público;**
- **a eliminação do fator de sustentabilidade e o fim das penalizações para quem tenha pelo menos 60 anos de idade e 40 de contribuições.**

Lisboa, 10 de setembro de 2021